



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 06 DE MARÇO DE 2024

Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS 2024, no Município de Alto Rio Doce – Minas Gerais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Rio Doce/MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais 2024-REFIS 2024, porquanto mecanismo a viabilizar legalmente a transação fiscal e, por consequência, o incentivo à quitação de débitos e regularização fiscal do contribuinte junto à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único - O Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais 2024 – REFIS 2024, vigorará até 31/12/2024, cuja adesão deverá ser realizada impreterivelmente até a referida data, ainda que as parcelas decorrentes incidam sobre os exercícios subsequentes, conforme prazo estabelecido no programa.

Art. 2º - O REFIS 2024 abrangerá débitos de natureza tributária e não tributária, inscritos em dívida ativa ou não, sendo eles:

- I- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- II- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuições de Melhoria;
- III- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- IV- Taxas e Multas previstas na legislação municipal.

Art. 3º - O REFIS 2024 não abrangerá os débitos com exigibilidade suspensa e condiciona-se à demonstração prévia pelo órgão fiscal do Executivo de que sua aplicação não afetará as metas de resultados fiscais previstas para o exercício.



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

Art. 4º - O Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais 2024 - REFIS 2024 incide apenas sobre as infrações fiscais de responsabilidade do contribuinte, de natureza tributária ou não, cujo fato gerador do principal tenha ocorrido até a data de publicação da presente Lei Complementar, encontrando-se sem a correspondente quitação.

Parágrafo Único - Considera-se débito passivo de incidência do REFIS, o valor consolidado pelo juros de mora, multa e correção monetária, apurados até a data de adesão formal ao Programa.

Art. 5º - Poderão aderir ao Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais 2024 - REFIS 2024, todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, sobre os quais recaiam débitos vencidos para com o Município, de natureza tributária e não tributária, bem como os responsáveis tributários, sucessores, terceiros interessados, conforme termo de adesão, segundo as condições e vencimentos previstos.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge (ou companheiro), seu descendente, ascendente em até segundo grau, seu irmão, herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea dessa qualidade, autorizada em Lei específica.

Art. 6º - O programa consiste no pagamento integral do débito principal com:

I- Anistia de 100% (cem por cento) sobre o valor consolidado dos juros, multas e correção monetária desde que pagamento em única parcela, no prazo de 30 (trinta) dias; e

II- Anistia de 50% (cinquenta por cento) do valor consolidado dos juros, multas e correção monetária, para o montante dividido em até 04 (quatro) parcelas, com prazo



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

mínimo de 30(trinta) dias entre cada uma delas;

§1º - Não incidirá a correção monetária pelos índices oficiais de correção para os pagamentos de que trata o inciso I.

§2º - Tratando-se de débito cujas parcelas mensais superarem o valor de R\$ 500,00 (quinhentos) reais, mediante despacho fundamentado e a requerimento formal do contribuinte, poderá ser concedido o parcelamento, em até 06 (seis) vezes, observada a incidência da correção monetária.

§3º - O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e a R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas, ressalvado o disposto em relação ao REFIS SOCIAL 2024.

Art. 7º - Fica instituído o Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais Social 2024 – REFIS SOCIAL 2024, porquanto mecanismo a viabilizar legalmente a transação fiscal e, por consequência, o incentivo à quitação de débitos e regularização fiscal do contribuinte junto à Fazenda Pública Municipal, voltada a pessoas de baixa renda.

§1º - O REFIS SOCIAL 2024 incide sobre o valor consolidado pelos juros de mora, multa e correção monetária, apurados até a data de adesão formal ao Programa, incidentes sobre:

I-Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

II- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuições de Melhoria;

III- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);

IV- Taxas e Multas previstas na legislação municipal.

§2º - O REFIS SOCIAL 2024 vigorará até 31/12/2024, cuja adesão deverá ser realizada impreterivelmente até a referida data, ainda que as parcelas decorrentes incidam sobre os exercícios subsequentes, conforme prazo estabelecido no programa.

§3º - Serão beneficiados pelo REFIS SOCIAL 2024 apenas a pessoa física inscrita no CAD ÚNICO, cujo débito fiscal seja-lhe imputado.



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

§4º - O programa consiste no parcelamento do valor integral do débito principal, com anistia de 100% (cem por cento) sobre o valor consolidado dos juros, multas e correção monetária, com pagamento em até 12(doze) parcelas iguais.

§5º - Não incidirá a correção monetária pelos índices oficiais de correção para os programas estabelecidos no REFIS SOCIAL 2024.

§6º - O valor da parcela mensal para o REFIS SOCIAL 2024 não poderá ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

Art. 8º A adesão aos referidos programas fica condicionada à formalização do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito, realizado em formulário próprio e emissão de boletos para recolhimento em conta do tesouro, fornecido pelo órgão municipal competente ou por meio de plataforma eletrônica, desde que, neste último caso, sejam garantidas as certificações necessárias e segurança de dados.

Art. 9º - Sobre o valor confesso e parcelado, exceto para o REFIS SOCIAL 2024, incidirá a correção monetária a partir da segunda parcela, pelo acumulado do IGP-M, para débitos relacionados a bens imóveis, e IPCA-E, para os demais, no respectivo período de parcelamento, consoante legislação tributária municipal.

Art. 10º - Os débitos em fase de cobrança administrativa, após a adesão ao Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais 2024 - REFIS 2024, ficam expressamente confessos, restando prejudicada qualquer oposição por parte do aderente, especificamente em relação aos débitos transacionados.

Art. 11 - Os débitos objeto do parcelamento anterior ao programa, seja mediante acordo administrativo ou judicial, ainda que em atraso o respectivo pagamento, poderão ser incluídos no presente Programa.

Parágrafo Único. A adesão ao programa, na situação prevista no caput, terá a apuração do débito remanescente, tanto juros como multa incidentes, para fins de consolidação e respectivo pagamento do débito, efetivado nos termos da presente Lei.



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

Art. 12 - O contribuinte será excluído dos Programas, diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

I- Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita ou frustrar os objetivos e princípios pelos quais aderiu o Programa; e

III - Inadimplência de uma única parcela.

§1º- A exclusão do contribuinte do REFIS 2024 implicará a exigibilidade imediata da totalidade do débito tributário, confesso e não pago, deduzido as parcelas pagas até o ato de exclusão, corrigido monetariamente, além das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§2º - A exclusão ainda revoga de imediato o montante anistiado, o qual será corrigido monetariamente.

Art. 13 - A adesão do contribuinte em débito fiscal para com o Município não impede a revisão dos valores das dívidas confessas, posteriormente, por inexatidões verificadas, para efeito de lançamento suplementar, tão menos constituirá direito adquirido do beneficiário a anistia de que trata a presente Lei.

Art. 14 - A adesão aos REFIS 2024 e REFIS SOCIAL 2024 sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável da dívida relativa aos débitos fiscais nele incluídos.

Parágrafo Único - No ato de adesão, poderá o contribuinte optar pela inclusão de todos os débitos pendentes ou indicar quais serão submetidos à anistia, de modo que as parcelas serão distribuídas em valor mensal igual e em quantidade por ele definida, observado os limites, ora estabelecidos.



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

JUSTIFICATIVA

Egrégio Plenário,

Com muita satisfação, venho a este Egrégio Plenário da Câmara Municipal de Alto Rio Doce, apresentar o VERDADEIRO REFIS 2024, um plano de transação fiscal que respeita e promove a justiça social para os contribuintes Altoriodocenses.

O REFIS da Câmara não exclui o empresário, optante pelo simples, de modo que as empresas menores necessitam de benefícios fiscais a continuarem gerando renda e emprego. Sobre as parcelas, foram retirados a incidência dos juros de 1%, sendo a correção monetária incidente apenas sobre a parcela e não o débito principal a sobrelevar o acordo de transação.

Mas a maior novidade está no REFIS SOCIAL, uma modalidade específica, que favorece o contribuinte de baixa renda incluso no CAD ÚNICO. Este receberá 100% de desconto e sua parcela poderá ser no valor de até 20(vinte) reais e 12(doze) vezes sem incidência de correção ou juro.

Evidentemente, por coerência a proposta não abrange o IPTU 2022 e 2023 cobrados ilegalmente, em face de aumento abusivo da base de cálculo, todavia, a proposta determina a sua inexigibilidade ate que a Prefeitura promova a sua restituição ou compensação em outros débitos.

Certo de que a justiça tributária é um objetivo a ser alcançado por todos nos vereadores, conto com a provação do PLC 01/2024.

Alto Rio Doce, 06 de março de 2024.


MARCO ANTÔNIO PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Alto Rio Doce/MG



Câmara Municipal de Alto Rio Doce-MG

Ed. Ver.º Presidente Agripino Gonçalves de Souza

Art. 15 – Não serão objeto do REFIS 2024 e REFIS SOCIAL 2024 os débitos originários de IPTU 2022 e 2023, em face de seu reajuste irregular, ficando a partir da presente lei, suspensa a sua exigibilidade, até que sobrevenha ato normativo que promova a adequação do valor e meios de compensação ou restituição ao contribuinte.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Rio Doce, 06 de março de 2024.


MARCO ANTÔNIO PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Alto Rio Doce/MG

